

Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – ProAdapta

PN: 15.9060.3-001.00

Termos de Referência

Revisão especializada da minuta e elaboração da versão final do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) de Santos - SP

1 Contexto

Há vários anos, a comunidade científica internacional tem estudado as causas e os efeitos da mudança do clima no mundo. Os estudos, de forma geral, apontam para uma relação direta da elevação da temperatura média global com a emissão de gases de efeito estufa, a qual se acentuou na Era Pós-industrial. As alterações no clima provocam fenômenos adversos em todas as regiões do planeta, agravando eventos extremos como inundações, deslizamentos, secas e aumentando a temperatura média.

O Quinto Relatório de Avaliação do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC (AR5 – *Assessment Report*)), em sua Síntese para Tomadores de Decisão (IPCC, 2014), destaca que alterações em muitos eventos meteorológicos e climáticos extremos estão sendo observados desde 1950, como diminuição nos extremos de temperaturas frias, aumento nos extremos de temperaturas quentes, aumento nos níveis extremos do mar e aumento no número de eventos de precipitação intensas em várias regiões. Estes eventos impactam diretamente a sociedade, acarretando perdas humanas e financeiras (Ambrizzi, et al, 2019).

O AR5 salienta que o caráter e a severidade dos impactos das mudanças climáticas e dos eventos extremos não depende apenas dos riscos relacionados ao clima, mas também da exposição, que contempla as pessoas e os ativos em risco, e da vulnerabilidade dos sistemas humanos e naturais, definida como a propensão ou predisposição a ser afetado de forma adversa (susceptibilidade a danos). Interagindo com as condições de vulnerabilidade e exposição, os desastres são considerados alterações graves no funcionamento de uma comunidade ou sociedade devido a eventos físicos perigosos levando a efeitos adversos, e que requerem resposta imediata (IPCC, 2014).

De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) (MMA, 2016), já se tem registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima vêm impactando os sistemas naturais, produtivos, de infraestrutura e humanos.

Ademais, tais impactos não afetam igualmente todas as pessoas em uma comunidade ou até na mesma família. Em trabalho realizado pela organização não governamental CARE Internacional (CARE, 2010), que discute as relações entre gênero e adaptação à mudança do clima, constatou-se que, em muitos casos, as capacidades individuais de ação e gerenciamento de crises são constrangidas pela existência de regras e normas culturais repressivas e pela partilha injusta de direitos, recursos e poder. Embora homens pobres e marginalizados enfrentem essa situação com frequência, ela ocorre principalmente junto às mulheres (MMA, 2018).

Em diversas comunidades rurais que enfrentam riscos ligados a fenômenos naturais, por exemplo, existem desigualdades em termos de responsabilidade de ação e oportunidades de trabalho devido às relações de gênero. Via de regra, são os homens que migram em busca de emprego, o que pode resultar em benefícios para a família como um todo. Frequentemente, isso aumenta a carga de trabalho das mulheres, que precisam assumir mais atribuições na gestão da família, ficando também mais expostas a vários tipos de riscos, como a violência baseada no gênero. De todo modo, nesses casos, o planejamento e a responsabilidade para a adaptação à mudança do clima recaem principalmente sobre elas. Porém, muitas vezes, os homens mantêm o poder de tomada de decisões mesmo à distância e, ao retornar, negam às mulheres a autonomia para serem agentes eficazes de adaptação à mudança do clima e de gestão de riscos (MMA, 2018).

Desse modo, a desigualdade de gênero pode ser caracterizada como uma das causas fundamentais da vulnerabilidade à mudança do clima, fazendo com que a adoção de um enfoque de equidade seja fundamental ao pensar nas possíveis formas de enfrentamento dessa mudança.

Além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta)”, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (*mainstreaming*) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementadas. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação aos estados e municípios, o ProAdapta apoia a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. O projeto está estruturado em três componentes (*outputs*), que visam o alcance dos seguintes resultados:

- 1.** Apoio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) na coordenação da implementação da agenda nacional de adaptação, por meio do aprimoramento dos mecanismos de coordenação de fóruns de intercâmbio entre atores centrais nos diferentes níveis de governança; implementação da estratégia de desenvolvimento de capacidades para implementação do PNA; monitoramento e avaliação do PNA; desenvolvimento e implementação de uma estratégia de financiamento e comunicação do PNA.
- 2.** Inserção da consideração do risco climático nas políticas e estratégias de ministérios setoriais, estados e municípios selecionados e implementação de medidas de adaptação inovadoras em nível local, por meio de análises de impacto e vulnerabilidade, custo-benefício da adaptação e pontos de entrada para consideração de riscos climáticos em processos de

planejamento e decisão; realização de experimentos pilotos na gestão de risco climático em processos de planejamento e medidas de adaptação.

3. Sensibilização de atores do setor privado e da sociedade civil para as oportunidades e os riscos da mudança do clima e o uso de opções de adaptação.

Desde 2018, o Projeto ProAdapta conta com a parceria executiva da Prefeitura Municipal de Santos, em especial, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), por meio da Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima (CMMC) para o alcance dos objetivos apresentados, sendo um deles a elaboração, aprovação e início da implementação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA de Santos. Por meio deste convênio, foi possível desenvolver estudos, oficinas, desenvolvimento e fortalecimento de planos e setores municipais.

2 Justificativa

É de suma importância os municípios inseridos na Mata Atlântica elaborarem os seus Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA, inserindo estratégias de enfrentar os impactos das mudanças do clima e implementar medidas de adaptação, por meio do fortalecimento a capacidade adaptativa e utilizado nos serviços ecossistêmicos prestados pela Mata Atlântica.

Assim, este TdR visa apoiar o município de Santos – SP na finalização da elaboração do Plano do seu PMMA para fortalecer as políticas públicas para conservação e recuperação e valorizar a Mata Atlântica para o enfrentamento à crise climática.

3 Objetivo

O objetivo desta consultoria é revisar e elaborar a versão final do PMMA de Santos.

4 Especificações sobre as atividades relacionadas ao trabalho e os produtos dele resultantes

Os serviços de consultoria demandados relacionam-se à revisão e transformação em versão final unificada dos documentos elaborados pela SMMA de Santos até então: apresentação, introdução, resumos do diagnóstico e suas dimensões, áreas prioritárias para a conservação e para a recuperação, eixos estratégicos, plano de ação, implementação e monitoramento.

A minuta do PMMA, a ser apresentada ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA, deverá ter um fio lógico condutor e linguagem unificada das diversas partes que compõem o

PMMA. A minuta final do PMMA será elaborada seguindo as diretrizes e orientações do Roteiro de Elaboração e Implementação dos PMMA publicado na sua segunda versão em 2017 pelo MMA.

Para tanto, os trabalhos de consultoria englobarão as seguintes atividades:

4.1 Participar de reuniões de trabalho com a equipe técnica de elaboração do PMMA (representantes da SMMA, do GTT do PMMA, consultorias da GIZ em apoio a elaboração do PMMA/Santos, entre outros) para apresentação do processo de elaboração até então realizado e das partes do plano que ou ficaram prontas ou estão em revisão e ajustes finais. Neste momento devem ser estabelecidos o cronograma e metodologia para a elaboração da versão final da minuta do PMMA.

4.2 Revisar os documentos existentes e elaborar a versão final da minuta do PMMA a ser apresentado ao COMDEMA. O trabalho engloba a revisão do conteúdo disponibilizado, englobando adaptações necessárias para que o texto seja fluido, visualmente amigável (inclusive em relação a indicação de figuras e mapas) e atenda as orientações do Roteiro do MMA. O texto final do PMMA deverá ter em torno de 100 páginas. Elementos de texto não aproveitados na versão final devem ser preservados para serem incorporados pela SMMA a um documento completo com todas as informações levantados.

4.3. Incorporar à minuta eventuais ajustes sugeridos pe lo COMDEMA. O/a consultor/a deve participar da reunião de apresentação da minuta do PMMA ao Comdema e receberá os ajustes a considerar pela equipe da Prefeitura.

4.4. Incorporar à minuta eventuais ajustes sugeridos pelos participantes de audiência pública a ser realizado pelo Comdema.

4.5 Revisão e inserção de textos faltantes que porventura sejam necessários para finalizar o PMMA.

4.6. Após aprovação final do Comdema, o PMMA final para diagramação (empresa contratada pela GIZ); a contratada deverá coordenar o processo e supervisionar o conteúdo diagramado do PMMA.

5 Produtos esperados e prazos

As atividades deverão ser realizadas entre **20 de abril e 30-15 de Setembro** ~~Dezembro~~

Fevereiro de ~~2021~~ **2022** com estimativa de **até 10 dias efetivos de trabalho** da consultoria. O prazo de entrega do produto final é o dia **15/01/2022**. Qualquer alteração de produto e prazo deverá ser acordada entre as partes.

Quadro 1: Relação de produtos, seus prazos e especificações

Produto	Prazo de entrega	Especificações
<u>Produto 1 - Apresentação de versão preliminar da minuta do PMMA de Santos.</u>	05/05/2021 aprovado e pago	Apresentação em formato de texto editável.
<u>Produto 2 – Documento de versão final da minuta do PMMA de Santos para ser apresentado ao Comdema</u>	15/05/2021 aprovado e pago	Apresentação em formato de texto editável.
<u>Produto 3 – Nova versão da minuta do PMMA de Santos, incorporando as complementações solicitados pelo COMDEMA</u>	30/05/2021 aprovado e pago	Apresentação em formato de texto editável.
<u>Produto 4 – Nova versão da minuta do PMMA de Santos, incorporando as complementações solicitados pela audiência publica</u>	20/06/2021 aprovado	Apresentação em formato de texto editável.
<u>Produto 5 – Relatório de acompanhamento da editoração do PMMA de Santos</u>	30/07/2021 15/01/2022	Apresentação em formato de texto editável.

6 Insumos e referências

Para subsidiar a realização dessa consultoria, devem ser utilizados os seguintes insumos e referências:

- I. Roteiro Metodológico de Elaboração e Implementação de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (MMA 2017);
- II. Outros PMMAs já aprovados

7 Capacidades e experiências necessárias para a consecução das atividades

A pessoa física ou jurídica contratada deve comprovar experiência profissional e conhecimentos avançados e, no mínimo, dez anos de atuação na elaboração e revisão de textos nas temáticas de PMMA e de mudança do clima e planejamento para adaptação e resiliência à mudança do clima em âmbito municipal.

8 Viagens

Não está prevista a realização de viagens para esta consultoria.

9 Equipamentos necessários para elaboração e forma de apresentação dos produtos

A consultoria deverá utilizar equipamentos próprios (computador, softwares, telefone etc.) para a elaboração dos produtos, os quais deverão ser apresentados com redação em português fluente e revisada, seguindo os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) quanto a formatação, citações e referências.

Todas as versões dos produtos deverão ser entregues em meio digital, em formatos .ppt, .doc e .pdf, conforme especificações no Quadro 1, compatíveis para impressão colorida em impressora laser.

10 Pagamento e aprovação dos produtos

A aprovação final dos serviços/produtos e a autorização para pagamento estará a cargo da Sra. Ana Carolina Câmara, Diretora do Projeto Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima/GIZ, a qual se dará após aprovação também pela SMMA de Santos-SP.

11 Código de Conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**

- Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;

- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada (o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;
- **Ao prestar o serviço**
 - Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degridem esses grupos;
 - Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;
- **Orientações corporativas**
 - Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília, ~~09 de abril de 2021~~ ~~09 de setembro de 2021~~ **10 de dezembro de 2021.**

Ana Carolina Câmara

Diretora

Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – ProAdapta

Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH